

A reflexão a seguir expressa a posição do Movimento Autogestionário - MOVAUT sobre o Future-se, projeto do governo Bolsonaro que objetiva reformar as Universidades Federais (UFs) e os Institutos Federais (IFs). Expressa sobretudo nossa posição diante dos processos de resistência que podem emergir a partir dos cortes orçamentários feitos na educação, da implementação do *Programa Future-se* e outras políticas que possam vir a ser implementadas.

Aqui apresentamos nossa perspectiva sobre a questão da educação e do chamado “ensino superior” no modo de produção capitalista. Percorremos criticamente o projeto *Future-se*, entendendo-o como projeto educacional do neoliberalismo discricionário no Brasil. Ao final, estabeleceremos as linhas gerais das lutas que precisamos construir para a abolição do Future-se, em particular, bem como do modo capitalista de educação em geral.

O Movaut é um coletivo autogestionário que vem atuando há cerca de trinta anos. Nossa perspectiva vai da radicalidade da análise, o movimento de escrutínio às raízes do capitalismo, para a radicalidade das formas de luta que levam à sua abolição. Nossa análise funda-se na perspectiva de classe do proletariado como classe autodeterminada, o que implica em outros vínculos como o materialismo histórico-dialético, a luta de classes como pressuposto da análise e ação política, que a realidade existente não deve ser somente criticada, nem melhorada, mas sim superada.

Capitalismo e escolarização

O capitalismo consiste num modo específico de exploração do trabalho que visa a acumulação de capital. A relação de exploração se dá entre burguesia e proletariado, as duas classes fundamentais do modo de produção capitalista. Do trabalho do

proletariado há a extração do mais-valor, necessário para a acumulação de capital e a ampliação dos negócios e dos lucros da burguesia.

Tendo em vista a relação de exploração do trabalho que sustenta o capitalismo, podemos afirmar que somente ingênuos ou ideólogos do capital apresentam a educação como neutra ou desinteressada. A concepção de que escolas e universidades ensinam e praticam ciência, seja para a preparação e o conhecimento dos fundamentos das diferentes profissões, seja para pesquisas científicas que revelam verdades da natureza e da sociedade, num caminho contínuo de avanço e progresso, oculta, estrategicamente, a orientação política que é atribuída ao poder centralizador do estado (braço institucional e agente do capital, da burguesia).

Não existe escola e universidade públicas, dado que as decisões que estruturam as instituições não são resultado da sociedade civil: toda instituição de educação é burguesa, dado que ou é propriedade do estado, ou é propriedade da burguesia. Escolas e universidades são resultado dos interesses da burguesia. A chamada escola pública e as universidades modernas surgiram historicamente como instituições necessárias à reprodução do capital: elas permitem a formação adequada à divisão do trabalho e às relações de produção capitalistas. Por isso que os ideólogos do capital se esforçam para apresentá-la como neutra ou desinteressada.

As decisões que a burguesia toma sobre a educação são auxiliadas por outras duas classes: classe intelectual e classe burocrática. Elas contribuem para a concretização do interesse central da burguesia: a acumulação de capital, ou seja, a dominação sobre os trabalhadores produtivos para a extração do mais-valor. Nesse sentido, para a reprodução do capital, torna-se necessário, de um lado, a preparação técnica do proletariado ao trabalho produtivo e, por outro lado, a preparação intelectual, mediante conhecimentos científicos e inculcação de valores e concepções burguesas, naqueles que serão seus auxiliares: a classe intelectual e a classe burocrática. Por classe intelectual entendemos os trabalhadores improdutivos (no sentido de que suas atividades concretas não geram mais-valor, mas são necessárias para tal), que produzem e reproduzem ideias, valores e crenças. Já a classe burocrática é aquela que atua nas atividades de administração e gestão de instituições, como o estado, as empresas,

partidos políticos, sindicatos, igrejas etc. Temos então, de modo sintético, a essência da escolarização no capitalismo: preparação de quadros técnicos para o trabalho produtivo, o proletariado, e preparação de quadros intelectuais para auxiliarem na exploração destes: os intelectuais e os burocratas.

Esta é a determinação fundamental, mas outros elementos também compõem a totalidade que é o modo capitalista de educação, como desenvolvimento das instituições educacionais (Ministério da Educação, secretarias estaduais e municipais de educação, escolas, universidades etc.), que produzem indivíduos atrelados a elas (burocratas, professores, estudantes, demais trabalhadores das instituições etc.); produção e reprodução cultural (científica, técnica, artística, filosófica etc.) no interior da sociedade, via de regra confirmando as ideologias dominantes etc. Isto, contudo, não é isento de conflitos, pois as contradições de interesse em geral e de classe em particular existentes no conjunto da sociedade também se reproduzem nas instituições educacionais. A luta de classes, portanto, não é algo restrito ao modo de produção (burguesia X proletariado). Ela se reproduz na sociedade em sua totalidade e as instituições educacionais não estão de fora disto. Existe uma luta de classes na escola.

Universidade e lutas de classe

O antagonismo entre as classes fundamentais, proletariado e burguesia, caracteriza o modo de produção capitalista e não poderia ser diferente: são as lutas entre interesses antagônicos que transformam a sociedade, que movimentam as mudanças e lhes dão sentidos diversos. As lutas de classe atravessam a sociedade e se fazem presentes nas instituições. O caso que nos interessa aqui é a universidade. Neste sentido, desenvolveremos sinteticamente dois aspectos das lutas de classe em relação às universidades ou ao chamado “ensino superior”: a função da universidade na acumulação de capital e as relações entre formação profissional, consciência de classe e lutas de classe.

Como desenvolvido de modo sintético acima, a preparação da classe intelectual e da classe burocrática é realizada no interior das universidades. A classe intelectual

toma forma pela divisão do trabalho que se distribui, por exemplo, nos setores da engenharia, do direito, da medicina, das comunicações e da economia. A classe intelectual produzirá as ideias e as técnicas necessárias à continuidade da acumulação de capital, seja como pesquisadores financiados pelo estado e/ou pelas empresas, seja como professorado, ou as duas funções ao mesmo tempo. A classe burocrática terá o preparo administrativo para ocupar as funções burocráticas, ou seja, de gestão, de controle no estado e nas empresas e nas demais instituições da sociedade civil (partidos, igrejas, sindicatos etc.). A universidade é o local no qual serão inculcados tanto os conhecimentos necessários para tais atividades, quanto os valores e posições políticas necessárias à sua sustentação ideológica. *Nesse sentido, a universidade reproduz as ideologias do mérito e da hierarquia, da neutralidade científica e do progresso técnico, da justiça burguesa e das políticas sociais reformistas.*

Dependendo da conjuntura política e sendo a gestão do estado disputada entre bloco dominante e bloco progressista, algumas características das universidades podem mudar, o que gera muita confusão sobre os contornos do ensino superior e grandes equívocos, como a tese da possibilidade de uma “universidade popular”. As disputas entre bloco dominante e progressista alteram a composição de universidade em detalhes como programas de pós-graduação e financiamentos de pesquisa, contudo, permanece a essência: formação de quadros burocráticos e intelectuais.

Alguns setores do proletariado e do conjunto das classes desprivilegiadas e seus filhos ingressam na universidade com o peso do sistema escolar que os precarizou desde o começo do processo: os cursos com menores relações entre candidatos e vagas, ou pelas políticas microrreformistas, como financiamentos de cursos em instituições privadas ou cotas sociais e raciais. Essa é uma das expressões da luta de classes no ensino superior. A própria dinâmica de acesso. Outra expressão se dá pelos conflitos internos.

Sendo a universidade uma instituição burocrática, ou seja, amarrada ao poder estatal e ao poder burocrático em sua organização interna, na qual a própria classe intelectual disputa cargos e funções para concretização de interesses de suas frações, como reitorias, pró-reitorias e direções de institutos e cursos, bem como estrutura seu poder sobre os estudantes a partir dos exames e controle de frequência, poder individual

e status, há variadas formas de conflito e, sobretudo, de união e fortalecimento de solidariedades entre estudantes. Na esfera mais cotidiana, ocorrem as relações de camaradagem e união contra o poder abusivo de professores e burocratas. Além do cotidiano, estabelecem-se, na experiência com as práticas de poder, formas de resistência e de luta, desde as mais tradicionais e burocratizadas, como os centros acadêmicos e diretórios, passando pelo movimento estudantil e suas variadas composições partidárias, até relações mais próximas da autonomia e lutas autogestionárias, como grupos de estudos desvinculados de partidos políticos (geralmente do bloco progressista), bem como lutas específicas em relação a moradia, alimentação, transporte, métodos de ensino, currículos de cursos, etc.

A luta também se expressa no plano cultural, pois há a existência de intelectuais engajados, estudantes e organizações estudantis que produzem intelectualmente materiais de interesse político e teórico. Assim, o antagonismo de classe presente na sociedade expressa-se também em algumas produções intelectuais, que por sua vez também tem ressonância nas lutas políticas concretas.

Há também a existência de ação política concreta da classe intelectual e do conjunto dos trabalhadores administrativos. Estas lutas corporativas, via de regra não saem das reivindicações imediatas (reajuste salarial, plano de carreira, mudança em legislação que interfere nas condições de trabalho etc.). Por isto são em sua esmagadora maioria, lutas iniciadas, conduzidas e encerradas pelas instituições sindicais. E tendem a acabar como começam: das cúpulas sindicais para as sub-cúpulas do MEC e secretarias de educação. São muito poucos os exemplos que fogem a isto.

A luta na universidade pode trazer, pelas memórias e experiências das lutas estudantis (e em poucos momentos e lugares, conseguindo também abarcar trabalhadores destas instituições em lutas mais radicais e amplas, que as meras reivindicações corporativas), a construção de formas de consciência mais avançadas na luta de classes. A vida cultural no interior da universidade tem a função clara da reprodução do modo de pensar burguês. O modo capitalista de educação é uma produção e reprodução cultural deste modo de pensar. Contudo, como sempre há antagonismo de interesses e lutas inevitáveis, as universidades constituem locais

estratégicos para o que o bloco revolucionário se desenvolva e se fortaleça. Sendo a juventude o período da vida em que o capitalismo traz uma série de contradições, entre suas promessas e falsas concretizações, há margem para a radicalização, seja no sentido do entendimento aprofundado das relações de exploração e dominação, seja no sentido do avanço das lutas de classe rumo à autogestão social.

Universidade e estado: políticas e programas educacionais

As universidades no Brasil, historicamente, cumpriram um papel de educar os indivíduos oriundos das classes privilegiadas. Os cursos com mais prestígio e que possibilitam uma melhor inserção no mercado de trabalho são dominados na sua totalidade por jovens oriundos das classes privilegiadas. Aos jovens vindos das classes desprivilegiadas, a opção de curso superior se restringe aos cursos menos prestigiados nas instituições públicas, cujo relação candidato/vaga é bem menor, às vezes havendo mais vagas que candidatos ou então buscar uma vaga em uma instituição privada, geralmente recorrendo a programas estatais para ajudar a custear o valor das mensalidades.

As instituições privadas tiveram uma expansão enorme no Brasil a partir da década de 1990, ao mesmo tempo as instituições públicas tiveram um aumento, bem menor em comparação com as instituições privadas. Desde a década de 1990 tivemos governos que seguiram as políticas de orientação neoliberal, que em síntese defendem a redução dos gastos sociais, do tamanho do Estado e proporcionar maior liberdade (liberdade para o capital, é bom que se diga). O discurso neoliberal contrasta com a prática neoliberal que reduz gastos com saúde e educação ao mesmo tempo que aumenta o financiamento para o grande capital via BNDES ou na forma de socorro a instituições falidas como o Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento do Sistema Financeiro Nacional – PROER, que salvou bancos falidos, entre várias outras possibilidades, como empréstimos a juros muito baixos etc.

Os governos dos Partido dos Trabalhadores deram sequências às políticas neoliberais no Brasil. O PT não introduziu no Brasil, como dizem seus defensores, um

estado de bem-estar social. Muito significou a implementação do “comunismo”, “bolivarianismo”, “socialismo”, como os históricos críticos afirmam. A vigência dos governos petistas coincidiu com um crescimento econômico considerável, isto garantiu durante os dois mandatos de Lula e o primeiro de Dilma Rousseff, uma estabilidade fiscal, que começou a apresentar dificuldades após 2013. Além deste aspecto, um outro é fundamental. Enquanto os mandatos de Fernando Henrique Cardoso se caracterizaram pela implantação do estado neoliberal no Brasil, fazendo reformas, cortes e acordos internacionais com FMI, Banco Mundial, OMC etc., caracterizando um neoliberalismo discricionário, os governos petistas reformulam alguns aspectos das políticas neoliberais, estabelecendo um neoliberalismo neopopulista. O impedimento de Dilma Rousseff em 2016 e entrada de Michel Temer e em seguida de Bolsonaro, significam a retomada do neoliberalismo discricionário no Brasil.

Programa de Financiamento Estudantil - FIES

O financiamento estudantil passou por reformulações e em 2001 foi criado o FIES, esse programava visava financiar o acesso ao ensino superior de estudantes de baixa renda, que não passavam nas universidades públicas. Esse programa que teve o ingresso de 33 mil alunos em 2018, chegou 732 mil em 2014, hoje conta com 82 mil novas matrículas. Além da redução de número, o programa conta com 58% de inadimplência em 2018, com 522 mil estudantes devendo o financiamento, o que em valores equivale a 13 bilhões.

Se por um lado, o ensino nas universidades e faculdades privadas é inferior ao oferecido nas universidades públicas, as notas dos exames na média demonstram isso, um aluno oriundo dessas instituições acaba tendo menos oportunidades no já restrito mercado de trabalho. Os atuais dados de desemprego oficiais de 13 milhões, número que deve ser muito maior, em decorrência da crise econômica, da precarização das relações de trabalho efetivadas pela reforma trabalhista, demonstram que estudar não significa uma qualificação do trabalhador e sua inserção no mercado de trabalho.

Reuni e Prouni

Desde a década de 1990 há uma grande expansão do ensino superior no Brasil dados do MEC mostram que em 1995 existiam no país 210 instituições públicas com 700 mil alunos, ao mesmo tempo que as instituições privadas representavam o número de 684 com 1 milhão de alunos. Os mesmos dados mostram que em 2014 existiam 298 instituições públicas com 1,9 milhão de alunos e 2070 instituições privadas com 5,8 milhões de alunos. Nota-se sem dificuldade que a expansão do ensino privado foi amplamente superior ao público. Isso se deve ao fato dos governos se adequarem as políticas econômicas impostas pelo FMI, que em essência buscam conter os gastos públicos e destinar recursos para saldar as dívidas com as instituições financeiras ao custo da redução de gastos sociais como saúde e educação.

Os governos do PT, a despeito de toda propaganda sobre a criação de universidades públicas criaram programas como o prouni que destinado a alunos oriundos de escolas públicas seguia mesma lógica de financiar o ensino privado.

Nas universidades públicas o reuni visava uma ampliação do número de vagas, como também visava uma maior quantidade de aluno por professor, visando a eficiência, o mesmo discurso da iniciativa privada. Ampliação do número de vagas através da abertura de cursos noturnos, meta de 90% de conclusão de cursos e ampliação do quadro de professores e servidores técnicos administrativos. Dados do MEC em 2018, demonstram que foram investidos metade dos recursos prometidos, o que significa que na prática houve um aumento do trabalho docente. O programa visava adequar a universidade para uma sociedade mais flexível, com saberes voltados para as novas tecnologias, algo que se assemelha ao programa do atual governo.

Future-se

Depois da queda dos governos petistas, temos a eleição de Jair Bolsonaro, que colocou um contabilista para chefiar o ministério da educação e que tem como mandachuva no governo o ministro da economia Paulo Guedes, um ultra neoliberal formado em Chicago que também é investidor de grupos privados de educação.

Dentro dessa lógica o atual governo lança o programa future-se que tem como meta melhorar a educação superior no Brasil através de medidas que até hoje surtiram o efeito contrário. Esse programa tem três eixos básicos, que são os pontos fundamentais para que os supostos objetivos sejam alcançados.

Eixo 1: Governança, gestão e empreendedorismo. Em sintonia com o discurso neoliberal para o governo a gestão das universidades é muito ruim, muito burocratizada e que impede essa gestão de ser, aos olhos do governo, mais eficiente. Para tal o governo propõe a parceria com OS (organizações sociais) que são empresas privadas que recebem recursos públicos para administrar as instituições e, amparadas pela reforma trabalhista que permite a terceirização da atividade fim, significa na prática que os professores não serão concursados e logo a OS terá mais poder tanto para contratar como para demitir. Isso vai piorar o já precário quadro as instituições públicas, de falta de recursos, de pessoal de estrutura para o funcionamento, uma vez que os recursos serão divididos com a administração da OS.

Eixo 2: Pesquisa, desenvolvimento e inovação. Seguindo a lógica descrita acima o governo identifica que o conhecimento produzido nas universidades tem pouco valor para o mercado. O que o governo pensa claramente é que o que for produzido na universidade deve ter utilidade para o mercado, daí que o mesmo busca reduzir o investimento em cursos de humanas que tem pouca utilidade, na visão do governo, para o mercado. Criar centros de pesquisa, promover marcas e produtos, fomentar a arrecadação de receitas próprias e, buscar parceria com instituições privadas que poderão ser as financiadoras das instituições. O discurso da modernização, mascara o objetivo que é a precarização das instituições públicas de ensino, uma vez que a iniciativa privada investe pouco em pesquisa, basta ver os dados da produção acadêmica das instituições de ensino privadas.

Eixo 3: Internacionalização. Nesse eixo o governo propõe que sejam implementadas medidas visando melhorar o intercâmbio das instituições trazendo professores reconhecidos de fora bem como intercâmbio dos melhores alunos, acreditando que a parceria com as empresas as instituições de ensino receberiam

recursos por consultorias, exploração de direitos de patentes, prestação de serviços como estudos, dentre outras.

O programa future-se distingue-se dos anteriores pela clareza com que propõe a privatização do ensino público. Os governos anteriores, que claramente financiaram a expansão do ensino privado, tinham o discurso de que o objetivo era a expansão e melhoria do ensino público. O atual governo abandona esse discurso, coloca-se totalmente favorável a um modelo de educação privatizado.

Avançando nossa reflexão, devemos nos debruçar em questões das lutas internas às universidades e institutos federais. Três questões emergem: 1. Como setores da classe intelectual e da classe burocrática dessas instituições tendem a receber o Future-se?; 2. Quais ações o governo federal utilizará para concretizar o Future-se?; 3. Como as lutas estão se configurando e como devemos nos posicionar?

A classe intelectual e a classe burocrática são compostas por frações de classe, ou seja, posições decorrentes de suas atuações na divisão social do trabalho. Esse fato ora coloca as frações mais próximas do bloco dominante, ora mais próximas ao bloco progressista. Isso significa que as frações mais próximas do bloco dominante podem ter posições favoráveis ao Future-se. Nesse caso, a classe intelectual ligada à chamada área de ciência e tecnologia, produzida e reprodutora dos interesses de classe da burguesia. O Future-se promete rendimentos a esses pesquisadores caso alcancem os resultados (ou seja, concretizem os interesses científicos e políticos) das empresas que porventura venham a injetar recursos nas universidades e nos institutos. Não podemos deixar de lado que a aproximação com empresários para captação de recursos já é lugar comum nas universidades, com as políticas de criação e desenvolvimento de parcerias via fundações, incubadores e empresas de estudantes. A ideologia do empreendedorismo se faz presente no cotidiano das universidades e dos institutos federais.

Quanto à classe burocrática, a adesão ao Future-se parece menos provável, sobretudo quanto aos grandes gestores das universidades e institutos, sempre mais próximos do bloco progressista, sobretudo pelas mais recentes composições de governos federais, ou seja, pela hegemonia do PT, e também porque são pessoas que

orientaram suas trajetórias numa mescla entre atuação em sindicatos e cargos dirigentes a partir de suas instituições de origem. Tais gestores são professores que estruturaram carreiras burocráticas de longa data. Há todo um investimento pessoal e de classe em suas trajetórias. Como o Future-se acentua o deslocamento da administração dessas instituições por organizações sociais, (OSs), isso significa o desmonte de seus projetos pessoais e de fração de classe. Nesse momento, as entidades que aglutinam os reitores de universidades e institutos, respectivamente Andifes e Conif, ou seja, seus locais por excelência de debate e decisão sobre caminhos de ação, estão a criar as estratégias e, portanto, decisões sobre se aproximar dos sindicatos, caso decidam pela recusa integral ao projeto, ou aproximação ao governo federal, caso decidam pela luta por mudanças no Future-se – sobretudo, pelo interesse em retirar as OSs do projeto. Nesse momento, a classe burocrática tenta ao máximo uma aproximação com estudantes e trabalhadores da educação em geral. Mas não podemos nos enganar: o inimigo do meu inimigo não é, necessariamente, meu amigo. Isso significa que a manutenção de suas posições de classe como burocratas da educação consiste em seus objetivos centrais, ou seja, vão jogar com esse interesse central, mas criando outros tipos de discursos, como defesa da autonomia institucional, científica, pedagógica.

As estratégias do governo federal e das frações de classe que o apoiam são bem claras, basicamente duas: de um lado, pressionam as universidades e institutos com a prerrogativa de que aqueles que se não aderirem ao Future-se não serão forçados ao ingresso, contudo, ficarão com seus recursos anuais estagnados ou reduzidos progressivamente. Por outro lado, os estrategistas do governo federal sabem que precisam de vitórias eleitorais nas universidades e nos institutos para a consolidação do Future-se. Então, estão a criar núcleos nessas instituições, para que, independente do resultado das eleições internas para reitores, haja sempre na lista de candidatos um afinado com o governo. Desse modo, há legalidade para que o poder executivo decida que o perdedor das eleições seja o gestor de determinada universidade ou instituto. Essa ação possui duas consequências: uma mais imediata, que consiste na luta pela implantação do Future-se, e outra de médio prazo, que objetiva a criação e o fortalecimento de vínculos do poder executivo com frações da classe burocrática e

intelectual dessas instituições, ou seja, faz parte da luta do bloco dominante diante das raízes que o bloco progressista criou nas universidades e nos institutos.

As ações que devemos, enquanto bloco revolucionário, desenvolver nesse cenário serão expostas no próximo tópico.

Luta de classes, blocos sociais e estratégia revolucionária

Diante do colocado até agora, cabe perguntar: se as instituições de ensino podem se constituir em espaços de luta, de resistência, por que não estão ocorrendo formas de luta à altura dos ataques que vem sendo desferidos pelo governo em tais instituições? Existe alguma possibilidade de que a resistência consiga fazer frente ao atual governo, em particular, bem como ao estado e ao capital, em geral? Lutas isoladas ao campo da educação são suficientes para fazer frente ao atual governo? As lutas desenvolvidas nas instituições de ensino podem contribuir para um processo de desencadeamento de formas de resistência em outros setores da sociedade? E, por último, quais formas de luta são mais adequadas?

Responder à questão de o porquê de não se verificarem levantes nas instituições de ensino, mesmo diante do conjunto de cortes, reformas etc. que precarizam ainda mais as instituições de ensino, não é tarefa fácil e evolve compreender as múltiplas determinações de tal processo. Durante os governos Lula e Dilma, houve expansão da rede federal (universidades e institutos), mas isto foi feito mediante precarização do trabalho, das condições de ensino etc. Nos dois mandatos de Lula, mas sobretudo no segundo, a resistência esteve muito mais vinculada a setores do movimento estudantil e poucos professores que se colocaram contra o REUNI nas universidades. Nos Institutos Federais, que estavam em constituição e implantação não houve grandes mobilizações. Isto permanece no primeiro mandato de Dilma Rousseff. Em seu segundo mandato, a situação se modifica. O processo de reprodução ampliada do capital (o chamado crescimento econômico) apresenta índices de estagnação consideráveis, o problema fiscal de estados, municípios e União se agrava. Os cortes nos gastos públicos se

intensificam. A educação, como de praxe, tem grande parte de seu orçamento cortado já em 2015.

Em 2016, ocorre o impedimento de Dilma Rousseff. As políticas de austeridade se intensificam, pois ocorre uma transformação no estado brasileiro: sai-se do neoliberalismo neopopulista (durante os governos petistas) para um neoliberalismo discricionário (Temer e Bolsonaro). Aprova-se a lei do teto de gastos durante o governo de Michel Temer, a reforma do ensino médio etc. Durante o governo Bolsonaro, os cortes se intensificam e se radicalizam, mudanças vão sendo propostas a todo momento, sendo o tal do Programa Future-se a última cartada contra a educação. Última, por enquanto...

Durante o primeiro mandato de Dilma Rousseff, houve greves nas universidades federais e institutos federais em 2011, 2012. No segundo mandato, antes do impedimento, houve duas greves, uma em 2014 e outra em 2015. Por que, diante das políticas austeras de Michel Temer e Bolsonaro para a educação, ainda não se viu um movimento nacional de greve? Todas as greves nacionais na educação federal são convocadas pelos sindicatos das categorias. Durante os governos do PT, havia um *modus operandi* comum. O sindicato, em suas assembleias nacionais, compostas em sua maioria por membros das diretorias das seções locais, deflagram uma greve, geralmente com uma pauta extensa, que incorpora os problemas reais e motivadores da greve (corte na educação, aprovação de legislação danosa ao setor, falta de investimentos etc.). Mas também, juntamente com esta pauta motivadora, uma outra, de caráter “sindical”, ou seja, corporativista, é também aprovada: reajuste salarial, plano de carreira etc.

Após aprovada a greve e a extensa pauta na assembleia nacional da categoria, o segundo passo é a adesão das universidades, institutos federais. Assembleias locais são realizadas e os campus vão aderindo ou não ao chamado da diretoria nacional. Assim, o movimento de greve vai crescendo durante algumas semanas. O terceiro passo é o estabelecimento de uma mesa de negociação, geralmente com funcionários do terceiro escalão para baixo, que não tem nenhum poder real de decisão. Mas os sindicalistas, entrincheirados atrás de ofícios, memorandos, propostas e contra-propostas levam a greve assim por meses a fio. Neste lugar de “negociação”, eles são peritos. Conhecem

os caminhos burocráticos do MEC, os nomes com quem devem conversar, os parlamentares a quem pedir auxílio etc. Enquanto este teatro se desenrola no MEC, os campus parados se esforçam para fazer alguma mobilização local, manifestação, atividades com os alunos, ocupação de reitoria, assembleias periódicas etc. À medida que o tempo passa, tais ações vão ficando cada vez mais precárias, mais esvaziadas. Não é incomum que deixem de acontecer totalmente, momento em que somente se aguarda o retorno às atividades cotidianas, ao fim da greve, após uma assembleia nacional da categoria para aprovar o encerramento da paralização.

Com poucas variações, é este geralmente o itinerário. Ao final, os burocratas sindicais, que estão em intenso trabalho de negociação com os burocratas de baixo escalão do MEC, chegam a um acordo “vitorioso” para dar bom termo à greve. À extensa pauta inicial, os pontos de negociação são reduzidos. Via de regra, fica-se no limite de meros reajustes salariais, com intenção de repor inflação. Nada mais que isto. Inclusive, a pauta mobilizadora da greve foi esquecida na negociação (por exemplo, cortes na educação, condições precárias dos campus etc.). E como conclusão, o sindicato anuncia que a greve foi vitoriosa, pois conseguiu-se um reajuste de 5,3% (exemplo hipotético, que expressa relações reais), dividido em três suaves parcelas. À exceção dos sindicalistas e alguns poucos professores e administrativos, a grande maioria de trabalhadores e estudantes amaldiçoa a greve e prometem a si mesmos que nunca mais participarão de nada. Até o próximo momento de mobilização, claro.

Este foi sempre o comportamento do PT diante das greves na educação. Depois que Temer assumiu o poder e no prosseguimento também o governo de Bolsonaro, os ataques à educação continuam, mas os sindicatos silenciam. A resposta a isto ainda precisa ser investigada, mas talvez tenham um tratamento pior do que nos governos petistas, que resistiam à criação das mesas de negociação, contudo, eram brandos quanto às greves, não lutando contra o movimento, deixando-o arrefecer por sua própria dinâmica de desgastes com o tempo. Se não existe este canal burocrático de negociação, eles teriam que fazer a luta real, concreta, nas ruas, mobilizando os estudantes, professores. Isto é por demais difícil. Também, podem temer a perda de controle sobre o movimento, pois à medida que trabalhadores, estudantes se colocam

em ação, pode ser que o movimento vá para campos e reivindicações que vão além do que esperam os sindicatos e neste momento eles tem que se colocar claramente como trava e isto gera desgastes. Independentemente da explicação, o fato é que os sindicatos estão assustados e com recursos cada vez menores, com o fim do imposto sindical, e não estão respondendo à altura dos ataques.

Outros elementos poderiam ser acrescentados: a) a corrente de opinião “anticomunista” em defesa do governo Bolsonaro inibe as ações dos sindicatos; b) a existência de grupos organizados dentro das instituições de ensino em defesa de pautas conservadoras, coisa que não se demonstrava há até poucos anos, como MBL etc.; c) apoio de seguimentos importantes da população ao atual governo Bolsonaro, o que enfraquece as lutas contrárias ao governo; d) o antipetismo como um componente importante na cena política brasileira atual, que estigmatiza toda forma de resistência, luta a identificando com o Partido dos Trabalhadores (uma infeliz herança deixada pelo PT) etc. Certamente todos estes elementos estão envolvidos na luta hoje em dia, mas a determinação fundamental é a nulidade dos sindicatos.

Diante do descrito, existe alguma possibilidade das lutas no campo da educação fazerem frente ao governo, ao estado em geral e ao capital? Só existe uma forma de responder esta questão: na luta concreta, prática. A verdade é que o estado brasileiro, em nome da “responsabilidade fiscal” está esvaziando, precarizando ainda mais a tão precária educação brasileira. Ao que tudo indica, ele não vai parar, pois nenhuma força se colocou ainda como crítica real. A oposição existente no Congresso Nacional é fraca, numericamente sem importância e politicamente inexpressiva. Os partidos de esquerda, que estão nesta oposição dentro do parlamento estão perante o conjunto da sociedade em descrédito, e, na verdade, estão de olho nas próximas eleições. Os sindicatos, como, demonstramos, estão imobilizados, impotentes diante das mudanças.

O que resta então? O imobilismo? A apatia e resignação? A reclamação diária pelos corredores das instituições de ensino? Não! Podemos desejar mais!!!

O primeiro ponto a precisar com maior rigor é o modo de generalização das lutas, pois é óbvio que qualquer luta realizada de maneira local não terá qualquer efeito. Uma

greve em uma única universidade ou instituto federal, por importante que seja, é inútil diante do governo. O pressuposto é, portanto, sua generalização. Duas maneiras concretamente se colocam como possibilidade: a) centralizada e controlada pelas instituições sindicais; b) espontânea e descentralizada.

a) A alternativa centralizada e controlada pelos sindicatos já parece se desenhar no horizonte e uma possibilidade real de emergir novo movimento de greve nas instituições federais de ensino. E isto pode se alastrar também para a esfera estadual e municipal, mas não é aqui nosso assunto, por enquanto. Se isto ocorre, a postura do governo pode se dar de duas maneiras: ou se comporta como os governos petistas, criando um canal de negociação ou se porta de maneira mais intransigente, não reconhecendo o movimento. Esta última parece ser a maneira como ele se comportará. Diante disto, resta ao conjunto dos trabalhadores e estudantes realizarem ações que façam o governo recuar: manifestações, ocupações, paralisação de rodovias, ocupação do MEC e secretarias de educação etc. Conhecendo o perfil político dos trabalhadores da educação federal, tal postura parece pouco viável. Resta os estudantes. Estes não são sindicalizados. Por definição, estão fora dos sindicatos, não deliberam sobre a greve. Embora possam também estar sob o controle das burocracias das instituições estudantis oficiais (UNE, UEE, UBES etc.). Em algumas situações, pode haver coalizão entre as categorias, em outras não. Se o padrão comum das greves anteriores se mantiver, a tendência é esmorecer mais rapidamente, pois o governo começará a judicializar as ações (ao que tudo indica, o MEC já está preparando uma cartilha para “cidadãos, estudantes e professores” contra a possível greve “político-partidária” que se alinha em futuro próximo).

b) A alternativa descentralizada e espontânea é impossível de prever, pois seu caráter espontâneo a torna uma incógnita. Contudo, ela é uma tendência, tendo em vista as experiências recentes no país. Por exemplo, as ocupações de escolas estaduais em Goiás e São Paulo em 2015. Em 2016, o mesmo processo ocorre em quase todo o país, com grande destaque para São Paulo e Paraná. Por motivações diferentes, o mesmo processo de luta se concretizou, demonstrando uma certa continuidade e comunicação histórica das lutas. Nas ocupações de 2016, contra a aprovação da PEC dos cortes de

gastos, também as universidades, além de institutos federais foram ocupados. Mas note-se que aqui os trabalhadores se comportaram como meros apoiadores, sendo basicamente um processo iniciado e conduzido por estudantes. Contudo, o caráter descentralizado, espontâneo, sem direção definida, sem eleição de representantes, sem instituições constituídas etc. deram às ocupações um elemento difícil de controlar. Em alguns casos chegaram a algumas vitórias: em Goiás e São Paulo em 2015, por exemplo. Em 2016, o processo foi mais difuso e no final das contas a PEC foi aprovada.

c) Isto nos leva a uma terceira constatação. Na luta contra o atual governo, mesmo nos anteriores também, uma ação restrita a um determinado setor será bem ineficaz, mesmo adquirindo certa amplitude. Se a luta se restringir a uma ou outra categoria, como educação, Correios, saúde etc., sem atingir outros setores estratégicos (transportes urbanos, circulação de mercadorias, esfera produtiva etc.), a tendência a um esvaziamento e perda da luta é bem real e concreta.

Está demonstrado, sem luta, resistência, por parte dos trabalhadores da educação, juntamente com os estudantes, que são também diretamente afetados pelas reformas, qualquer possibilidade de travar o processo em curso ou de fazer o governo recuar é nula. O jargão que ficou conhecido nos últimos anos é aqui assumido como verdade: “somente a luta muda a vida”. Contudo, não se trata de qualquer luta, nem de qualquer forma de encaminhar a luta. Os meios tradicionais (sindicais e partidários), devido os interesses destas burocracias, torna bem difícil o encaminhamento da luta. De outra parte, outra classe social presente nas instituições universitárias e institutos federais, a classe intelectual, devido seus valores, concepções, interesses enfraquece sobremaneira a luta no interior destas instituições. Apesar de as ações governamentais contra a educação atingir a todos indistintamente.

Assim, se houver um processo de generalização da luta segundo o primeiro processo, ou seja, centralizado e controlado pelos sindicatos, a luta do conjunto dos trabalhadores, deve se dar no intuito de não permitir que a greve ou qualquer outra forma de luta que se desenhe, fique exclusivamente nas mãos das burocracias sindicais. Um pressuposto para isto é a entrada dos estudantes, que não garante nada, mas pelo

menos permite uma maior heterogeneidade. Sem isto, ficará difícil encaminhar de modo radical as lutas no âmbito da educação.

Se a segunda via se confirmar, ou seja, um processo de luta descentralizado e espontâneo, a necessidade será a de manter o processo de luta ao longo do tempo, bem como consolidar a unificação das categorias (professores, administrativos, terceirizados, estudantes), mesmo reconhecendo aqui a fragilidade social dos trabalhadores terceirizados. Mas eles são interessados diretos também no que está em curso, pois os cortes e reformas estão implicando em demissões de considerável número destes trabalhadores. Com toda a dificuldade que isto implica, esta é a possibilidade real de fazer o processo se estender.

Ou seja, estrategicamente, os setores mais avançados politicamente das instituições (em todas as suas categorias), devem ter em mente que a luta se desenvolverá por um ou outro meio aqui descrito. Uma terceira tendência se coloca também, a mescla de ambas as possibilidades. A luta pode começar pelos meios tradicionais e burocráticos e ao longo do processo avançar e novas ações transcorrerem no espírito da luta à revelia dos sindicatos. Também, a luta pode começar espontânea e descentralizada e ao longo do processo, ser engolida pelas instituições que geralmente se mobilizam nesses momentos de ação espontânea. Tudo faz parte da luta.

As instituições burocráticas (sindicatos, federações sindicais, partidos políticos de esquerda, instituições estudantis – UNE etc.) vem se mostrando cada vez mais incapazes de conduzir o processo de luta. Veja as últimas manifestações, chamadas *tsunamis da educação*. A primeira surpreendeu o país inteiro. A segunda foi também considerável, mas reduzida já à quase metade. A terceira foi risível e no país inteiro o número foi pouco expressivo, bem como os discursos partidários e a bandeira do bloco progressista (sindicatos, partidos políticos de esquerda, intelectuais de esquerda etc.) se colocou muito claramente: a luta pela educação estava condicionada à libertação do ex-presidente Lula. Aí se vê os interesses eleitoreiros destes partidos quando entram nas mobilizações. A quarta manifestação foi mais patética ainda e este caráter partidário e eleitoral ficou explícito à última potência.

Portanto, a estratégia do bloco revolucionário nesta luta não pode ser outra: a) se a luta começa pelos sindicatos, é necessário arrancar deles a condução do processo, o que não é fácil de ser executado, mas pode ser disputado, conforme colocamos acima; b) em todas as categorias (estudantes, terceirizados, professores, administrativos) realizar uma ampla luta cultural a fim de demonstrar os limites intransponíveis das ações sindicais e partidárias; c) para, a partir daí, sugerir, contribuir para que setores destas categorias desenvolvam formas de auto-organização: comitês, grupos de estudo, de discussão, de ação etc. estes são embriões de ações futuras, caso haja um processo espontâneo de ascensão das lutas, podendo tais organizações serem pioneiras num processo de ascensão das lutas; d) e, em havendo um efetivo processo de generalização e expansão das lutas, inserir-se, interferir em seus rumos, lutar contra o processo de burocratização e cooptação realizado pelas instituições sindicais e partidárias.

É necessário seguir o curso concreto de desenvolvimento das lutas. Via de regra, passa pelos seguintes estágios: 1) lutas espontâneas. São aquelas que ocorrem no nível cotidiano, expressa a recusa das relações estabelecidas, mas opera geralmente num plano individual. É o estudante que mata aula sem motivo aparente, o professor que adoece diante das relações de trabalho, o operário que discute com o gerente de seção. Estas lutas expressam uma recusa, mas não afirmam outra coisa em seu lugar. Não aparecem no plano discursivo e dificilmente saem do plano individual; 2) lutas autônomas. Quando chegam neste momento, os trabalhadores, estudantes etc. já saíram do nível das lutas espontâneas, já estão em grupos organizados, já criaram uma discursividade sobre a luta, já elencaram bandeiras de luta. Mas sobretudo, neste estágio, já houve um rompimento com suas burocracias sindicais, partidárias, instituições estudantis etc. Os trabalhadores, estudantes já agem por si mesmos, sem a mediação da representação política. Foi neste estágio que as ocupações de escola chegaram em suas lutas, bem como as lutas pelo transporte que precederam 2013 e que expressaram de maneira real naqueles grandes protestos; 3) o terceiro estágio, Autogestionário. Neste momento da luta, poucas vezes alcançado na história, somente nos momentos revolucionários, apresenta-se a possibilidade de rompimento com a sociedade estabelecida. As lutas autogestionárias apresentam também, além da recusa

da atual sociedade capitalista, um projeto alternativo de mundo, ou seja, tem também, além de uma organização revolucionária, uma consciência revolucionária.

Deste modo, concretamente, o bloco revolucionário deve contribuir para que as lutas espontâneas, este descontentamento generalizado se radicalize e se torne organizado, mas organizado autonomamente (de maneira horizontal, sem burocracias dirigentes, de forma independente de partidos, sindicatos, empresas, estado, políticos profissionais etc.). E no processo de luta, contribuir para que tais organizações não se burocratizem, mas que, pelo contrário, avancem para níveis cada vez mais radicais, a fim de se apontar no horizonte da história não só fazer o governo Bolsonaro ou qualquer outro recuar, mas sim, superar toda e qualquer forma de estado, bem como do capital que lhe dá razão de ser, podendo assim, fundar um outro modo de educação, que seja fundado na autogestão generalizada do conjunto das relações sociais.

Para complementação e desenvolvimento das teses aqui apresentadas, sugere-se os seguintes textos:

Blocos sociais

VIANA, Nildo. Blocos sociais e luta de classes. Revista Enfrentamento n. 17. Disponível em: <http://redelp.net/revistas/index.php/enf/article/view/960/830>.

Neoliberalismo discricionário e neoliberalismo neopopulista

MAIA, Lucas. A PEC 55 e o neoliberalismo discricionário no Brasil. Revista Despierta n. 3. Disponível em: <http://redelp.net/revistas/index.php/rde/article/view/500/455>.

VIANA, Nildo. A PEC 241/55 e as políticas de austeridade. Disponível em: <https://marxismoautogestionario.blogspot.com/2016/11/a-pec-24155-e-as-politicas-de.html>.